

CAPÍTULO 3

EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – UM ESTADO DO CONHECIMENTO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.385132504043>

Data da submissão: 03/04/2025

Data de aceite: 17/04/2025

Marco Antônio de Carvalho

Instituto Federal Goiano - Campus Posse
– Posse – Goiás
<https://orcid.org/0000-0002-5127-5886>

Danyla Martins Rezende da Costa

Instituto Federal Goiano - Campus
Morrinhos – [http://lattes.cnpq.
br/5751503472707900](http://lattes.cnpq.br/5751503472707900)

Léia Adriana da Silva Santiago

Instituto Federal Goiano - Campus Posse
– Posse – Goiás
<https://orcid.org/0000-0002-6057-6808>

apresentar sobre o tema, nos cursos técnicos e integrados da rede federal de educação profissional, dentro de uma linha temporal, a partir da institucionalização dos Centros Federais de Educação Tecnológica, na tentativa de expor o fenômeno e as causas do abandono. Foram vistos indicadores importantes, evidenciando que os processos de evasão se concretizam em função das elevadas taxas de reprovação em alguma disciplina, além de causas cognitivas, pessoais e econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar. Educação Profissional e Tecnológica. Estado do Conhecimento

RESUMO: A evasão escolar é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo sistema educacional. É um problema, do ponto de vista histórico, antigo e muito presente ainda nos dias atuais. No campo da educação profissional, conforme veremos, os estudos sobre o tema são escassos e recentes. A institucionalização dos Institutos Federais faz parte de uma política pública que visa minimizar desigualdades sociais, oferecendo novas oportunidades de formação cidadã e inserção no mundo do trabalho, facultando a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, por meio de um estado do conhecimento, buscamos

SCHOOL DROPOUT IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A STATE OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: School dropout is one of the major challenges faced by the educational system. Historically, it is an old problem that still remains highly relevant today. In the field of professional education, as we will see, studies on this topic are scarce and relatively recent. The institutionalization of Federal Institutes is part of a public policy aimed at mitigating social inequalities, offering new

opportunities for civic education and entry into the labor market, and thus enabling individuals' emancipation. In this regard, through a state-of-the-art review, we seek to address this topic in technical and integrated courses within the federal network of professional education, along a timeline starting from the institutionalization of the Federal Centers for Technological Education, attempting to expose the phenomenon and the causes of dropout. Key indicators were observed, showing that dropout processes occur due to high failure rates in certain subjects, as well as cognitive, personal, and economic factors.

KEYWORDS: School Dropout. Professional and Technological Education. State of Knowledge

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelo sistema educacional brasileiro, um problema antigo e muito presente ainda nos dias atuais. A literatura, que trata a respeito do tema, revela que a evasão escolar é um fenômeno complexo e decorrente de vários fatores que interferem nesse processo de abandono da escola por parte dos discentes.

No Brasil, segundo Santos Junior e Real (2017), as pesquisas a respeito da evasão começaram a surgir com maior frequência a partir da década de 1990, com a criação da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, cujo objetivo era desenvolver um estudo no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) acerca do desempenho dessas instituições com relação aos índices de diplomação, retenção e evasão de seus cursos de graduação. Embora a temática tenha sido evidenciada nos últimos anos, a maioria dos estudos tem abordado a questão da evasão escolar no ensino fundamental, médio e no ensino superior. Já no campo da educação profissional, os estudos ainda são poucos e recentes e, segundo Dore e Lüscher (2011), a escassez de estudos na área dificulta a investigação teórica e empírica do problema, o que será foco precípua de nossa investigação, com esforços centrados, de forma histórica, na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

A institucionalização dos Institutos Federais (IFs) no Brasil tem feito parte de uma política pública com a proposta de contribuir com uma sociedade menos desigual, oferecendo novas oportunidades de formação e inserção no mundo do trabalho, bem como a promoção da cidadania, da transformação social no sentido de proporcionar a emancipação dos sujeitos. Conforme consta no artigo 7º da Lei de criação dos IFs, inciso V, da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, eles visam “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008).

Nesse sentido e em decorrência da expansão da Rede Federal de EPT no país, houve uma significativa ampliação da oferta de educação profissional em diferentes níveis e modalidades de ensino e, consequentemente, no aumento do número de vagas. Em 2002, havia 140 escolas técnicas federais em todo o país, instaladas em 120 municípios.

Esse número saltou para 354 *campi* até o final de 2010, contemplando 321 municípios. Em 2014, chegou a 514 *campi* localizados em 512 municípios (GARCIA; DORSA; OLIVEIRA, 2018). Na atualidade, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 38 Institutos Federais (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Enfim, totaliza 661 unidades em 587 municípios (BRASIL, 2019).

Todavia, apesar das previsões legais para a interiorização e a democratização do ensino, essas instituições ainda não conseguem assegurar a permanência de todos os estudantes, principalmente dos menos favorecidos, contribuindo no aumento das desigualdades sociais. Portanto, a evasão escolar tem se tornado um desafio para as instituições de ensino e gestores. Apesar dos avanços na ampliação das vagas e, evidentemente, do acesso à educação, essas instituições ainda enfrentam o problema da evasão, que não deve ser negligenciado, seja pelos gestores dessas instituições, pelo poder público ou mesmo pela própria sociedade, mas avanços recentes têm evidenciado um tendências de Política de Estado que tem permanecidos, embora com recursos no processo democrático de sucessões de governos, cada qual com sua prioridade no campo da educação. Já é possível apontar permanências no que tange à expansão e interiorização destas políticas e programas de permanência e êxito, conforme apontamos abaixo.

Em trabalho de investigação sobre o tema interiorização realizado por Alves et all (2023), esta sinaliza que os Institutos Federais (IFs) cumprem a lei, ofertando em todo o país, 68% das vagas nos cursos de nível técnico integrado, pois a Lei n. 11.892/2008 determina que ao menos, 50% das vagas ofertadas devem ser do Ensino Médio Integrado (EMI). A Educação Profissional e Tecnológica passa a ser uma política de bem-estar social e inclusão por meio da educação profissionalizante e básica, com o compromisso da emancipação, formação humana integral, do desenvolvimento local e regional.

Nesse contexto, a evasão escolar na educação profissional na Rede Federal de EPT é um problema que merece muita atenção, pois traz implicações negativas tanto para o aluno quanto para a sociedade, a instituição e o governo. O abandono escolar acarreta a perda de recursos destinados às instituições e, no aluno, problemas inerentes às frustrações por terem seus sonhos interrompidos.

Outro aspecto provocado pela evasão é o não cumprimento dos objetivos dos IFs, que é o rompimento com a dualidade histórica presente na educação profissional, de formar para além do mundo do trabalho, de proporcionar uma formação de sujeitos autônomos, críticos, pensantes, conscientes de sua realidade, ou seja, de promover a emancipação social do indivíduo por meio de educação *omnilateral*, humana e integral, para, assim, proporcionar uma sociedade mais justa e com mais oportunidades.

Araújo e Santos (2012) destacam que a evasão escolar no ensino profissionalizante representa uma problemática que afeta a formação e o desenvolvimento do jovem ou adulto, que almeja se qualificar em busca de melhores empregos e qualidade de vida. Outro ponto observado pelas autoras é que:

A Educação Profissional consiste numa modalidade de ensino importante, por proporcionar o ingresso ao mercado de trabalho de forma qualificada, além de favorecer uma aprendizagem interdisciplinar com atividades práticas que privilegiam os quatro pilares da educação: o aprender a ser, aprender a conviver, o aprender a fazer e o aprender a aprender (ARAÚJO; SANTOS, 2012, p. 2).

Ao discutirem sobre a evasão escolar na educação técnica, Dore e Lüscher (2011) afirmam, também, que uma das razões mais significativas das dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho é devido, principalmente, à baixa qualificação e habilitação profissional.

Assim, o abandono escolar acarreta, dentre outros aspectos, maior dificuldade de inserção do sujeito no mundo do trabalho pela falta de qualificação profissional, remetendo, portanto, a um aspecto negativo em sua trajetória de vida. Diante disso, verifica-se que o fenômeno da evasão escolar traz consequências tanto para o aluno quanto para a sociedade, conforme pode ser constatado na fala de Meira (2015, p. 26):

A evasão escolar pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, acarretando problemas escolares para os alunos e para a sociedade. Também problemas de natureza pedagógica e administrativa para o sistema educacional, assim como, perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, devido a gastos desnecessários e investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas por alunos que não concluem os cursos.

Dore e Sales (2017) afirmam que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio dos IFs, promoveu a ampliação das oportunidades de democratização do acesso aos estudos. No entanto, apesar do aumento no número de vagas, essas instituições convivem com o problema da evasão escolar.

Tal realidade já havia sido constatada no relatório de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2012, com base nos dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), referentes aos dados de 2011. O TCU identificou que os cursos que apresentaram maiores taxas de evasão foram os de nível médio. Esse relatório destaca, ainda, que a evasão é um problema a ser enfrentado pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2012).

A partir da auditoria mencionada pelo TCU e em resposta ao Acórdão TCU n.º 506/2013, o Ministério da Educação (MEC) criou um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 39, de 22 de setembro de 2013, com o objetivo de elaborar um relatório identificando os índices e causas do problema da evasão escolar e criar um manual de

orientação para combatê-la. Em decorrência disso, em 2014 foi produzido um documento orientador para superar a evasão e a retenção na Rede Federal (BRASIL, 2014). A finalidade desse documento é:

Orientar o desenvolvimento de ações capazes de ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo formativo oferecido pelas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação. Assim, oferecem-se subsídios para a criação de planos estratégicos institucionais que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo (BRASIL, 2014, p. 4).

Em 2015, por meio da Nota Informativa n.º 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho, os gestores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, receberam orientações para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. O documento apresentou uma proposta metodológica constituída em cinco fases: I- Instituição de comissão interna; II- Elaboração de diagnóstico quantitativo; III- Elaboração de diagnóstico qualitativo; IV- Consolidação do plano estratégico; e V- Monitoramento e Avaliação das Ações (BRASIL, 2015).

Mediante tais recomendações, os gestores deveriam iniciar o processo de construção dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito (Pepes) da instituição, com o objetivo de promover ações sistêmicas e locais para a manutenção da permanência e o êxito de seus estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, a fim de contribuir para o enfrentamento da evasão e retenção.

Frente a essas constatações e dos movimentos realizados pela RFEPCT, nas linhas que se seguem, nosso olhar vai em busca da apresentação de um estado da arte, mais precisamente estado do conhecimento que não teve um caráter inventariante como procedimento e propósito, sobre a evasão escolar nos cursos técnicos concomitante, subsequente e integrado da Rede Federal de Educação Profissional. Esse tipo de pesquisa tem sua importância reconhecida, tendo em conta possibilitar “uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

O recorte temporal tem o propósito de investigar os principais aspectos internos e externos que influenciaram e influenciam o processo de evasão escolar em cursos técnicos nas unidades que fazem parte da Rede Federal de EPT, tendo buscado estabelecer uma linha de tempo relacionado ao tema e a incidência do fenômeno, a começar por uma dissertação publicada em 2008, mas que analisa o fenômeno junto ao Cefet de 1980 a 2006, conforme veremos.

Tal opção metodológica se deu pelo fato de que a Cefetização se tratou de uma reconfiguração institucional significativa no que tange aos propósitos e percursos formativos profissionalizantes até então ofertados pelas escolas técnicas e agrotécnicas, em sua maioria oriundas das Escolas de Aprendizes e Artífices, que estão ligadas à origem do ensino profissionalizante. Em termos de abrangência nacional, elas remontam a 1909, quando o então Presidente Nilo Peçanha procedeu a criação dessas escolas nas capitais dos estados, para proporcionar um ensino profissional, primário e gratuito.

A EVASÃO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quando pensamos nos antigos Cefets, nas antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e nos atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) é formado por 41 instituições – 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II – que são representados pelos dirigentes máximos de cada uma delas.

Trata-se de uma instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. O Conselho atua no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência. À luz de tais propósitos e correlacionando metaforicamente estas unidades escolares em seus mais de 600 *campi* espalhados pelos confins do Brasil, vem-nos à mente um poema escrito pelo poeta, educador e escritor Rubem Azevedo Alves, intitulado “Gaiola ou Asas?”:

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado (RUBEM ALVES, 2009, p. 29).

Tais palavras nos vêm, então, à mente e penetram em nossas entranhas, porque, de certa forma, sejam nas nossas racionalidades, irracionalidades ou mesmo nos nossos sentimentos, enxergamos essas escolas técnicas federais como “asas”. Como asas que não deixam seus pássaros engaiolados, que amam os seus voos, que os incentivam a voar, a alcançar os montes, os desertos e as cordilheiras, nas distintas estações do ano, na chuva, no granizo ou no sol escaldante.

Mas a pergunta que também paira sobre nós é: por quê? Por que essas escolas, que enxergamos como “asas”, deixam que alguns de seus pássaros se afoguem nos percalços da vida e abandonem o ninho de aprendizagem?

Nesse pensar, os antigos e atuais Cefets e IFs como “asas” que têm perdido alguns de seus pássaros, a pesquisa bibliográfica que efetuamos – quer por meio da consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no Google Acadêmico, no Portal de Periódicos da Capes e no repositório científico SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), fez uso das seguintes palavras-chave (ou descritores): a) “evasão” AND “educação” AND “profissional” AND “nível médio”, b) “evasão” AND “educação” AND “profissional”, c) evasão “educação profissional nível médio”.

Entretanto, conforme já mencionado, o estado do conhecimento proposto não teve caráter inventariante em termos de sua análise, mas sim de traçar uma linha de tempo sobre a incidência do fenômeno e seus impactos a partir de estudos anteriores que foram realizados em unidades da Rede Federal de EPT das cinco regiões brasileiras, tendo sido escolhidas produções que facultassem a mencionada linha temporal a partir dos Cefets, em 1978, ao contexto atual dos Institutos Federais. Tal escolha possibilitou a seleção de nove produções, permitindo-nos realizar, inicialmente, um panorama histórico sobre a evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de EPT nas distintas regiões do Brasil, na tentativa de compreender o fenômeno e o que leva ao abandono.

A fim de melhor sistematizar os dados, o quadro 01, abaixo, discrimina o tipo de produção, o ano, o autor, o título, o recorte temporal da pesquisa e o lugar onde foi desenvolvida.

Tipos	Ano	Autor(a)	Título	Recorte temporal	Lócus da pesquisa
Dissert.	2008	Manoel José Porto Júnior	A exclusão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS (1980-2006)	1980–2006	Cefet-RS
Dissert.	2003	Edna Garcia Maciel Fiód	Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas: uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão	1992–2000	Cefet-AM
Dissert.	2009	Márcia Rodrigues Machado	A evasão nos cursos de agropecuária e informática/ nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG (2002 a 2006)	2002–2006	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG
Dissert.	2012	Cristiane Cabral Johann	Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo	2009	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - Campus Passo Fundo
Artigo	2014	Oliver Bastos; Carlos Francisco Simões Gomes	A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades – Um estudo de caso do CEFET-RJ	2009–2011	Cefet-RJ
Dissert.	2013	Gilma Flavia Souza Ferreira	Educação profissional no território de Identidade de Irecê Bahia: análise das percepções dos professores sobre as causas da evasão de alunos do IFBA - Campus Irecê	2011–2012	Instituto Federal da Bahia - Campus Irecê
Tese	2017	Fernanda Romanezi da Silveira	A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes	2013–2016	Instituto Federal de São Paulo
Dissert.	2017	Maiusa Ferraz Pereira Santos	Evasão e reprovação escolar nos cursos integrados do IFBA Campus Eunápolis	2013–2016	Instituto Federal da Bahia - Campus Eunápolis
Dissert.	2019	Flávia Aves de Castro Oliveira	Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres	2015–2018	Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Quadro 1: Produções selecionadas sobre a evasão escolar nas instituições da Rede Federal de EPT (Recorte temporal 1980–2018)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Começamos pelo texto de Porto Júnior (2008), que realizou um estudo detalhado sobre a exclusão escolar dos estudantes dos cursos técnicos do Cefet-RS, buscando a relação da exclusão escolar com a lógica do capital, abordando o tema como elemento

reprodutor da sociedade de classes. O autor analisou os números relativos aos alunos excluídos, relacionando essa exclusão com as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e as consequentes alterações na estrutura dos cursos técnicos de nível médio da instituição, a partir das políticas públicas implementadas de 1980 até 2006. Três estruturas de cursos técnicos foram estudadas por ele: o curso semestral integrado (1980-1988), o curso anual integrado (1989-1998) e o curso modular separado do ensino médio (2001-2006). Dos dados coletados, Porto Júnior (2008) descreve que, no curso semestral integrado, é possível perceber um grande percentual de evasão. Devido às regras rígidas relativas ao desligamento do estudante após a birrepetência, tal fato possuía grande influência na posterior exclusão da escola. Já no curso anual integrado, a exclusão escolar corresponde à repetência. Segundo o autor,

Entre os anos de 1991 e 1997 a repetência diminuiu continuamente e em mais de 50% no primeiro ano do curso. A redução verifica-se também nos cursos técnicos. Dessa forma, a estrutura de curso técnico anual integrada apresentava os melhores resultados, de todo o período estudado, comparáveis apenas com aqueles do início da década de 1980 (PORTO JÚNIOR, 2008, p. 123).

Quanto ao curso modular, a grande exclusão ocorre no módulo 1, com as reprovações, o que leva ao esvaziamento dos cursos nos módulos seguintes:

Nos cursos modulares, apesar de os estudantes já pertencerem a um curso específico, conforme sua escolha, o que não ocorria nas estruturas de curso anteriores, o percentual de exclusão da escola no primeiro módulo sempre esteve acima dos 37%, chegando a 46,37% no segundo semestre letivo de 2004 (PORTO JÚNIOR, 2008, p. 130).

Porto Júnior (2008) ainda verificou que, após aprovada a LDB – Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, abriu-se o caminho para a contrarreforma da Educação Profissional, implantada por meio do Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Essa contrarreforma, perfeitamente em consonância com as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, acarretou consequências aos cursos técnicos do Cefet-RS. Ela flexibilizou a estrutura dos cursos técnicos, bem como toda a oferta de formação profissional, readequando o papel da escola à nova lógica do capital. Tal flexibilização da estrutura de cursos técnicos de nível médio da educação profissional levou ao aumento dos números relativos à exclusão escolar. O curso anual integrado obteve, nos anos em que se gestava a contrarreforma, os menores índices de exclusão escolar de todo o período estudado. Após a implantação dos cursos modulares, a exclusão da escola dos estudantes dos cursos técnicos subiu consideravelmente, voltando a situar-se acima dos 10% e com um sério agravante: a chamada evasão no primeiro módulo encontrou os mais elevados indicadores de séries iniciais de todo o período estudado, o que acarretou uma drástica diminuição do número de estudantes nos cursos técnicos e um processo de exclusão total de aproximadamente 40% dos estudantes.

O texto de Fiod (2003) teve, como objeto de estudo, as reflexões sobre as condições de ingresso, permanência e evasão escolar no Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (Cefet-AM), tendo como recorte temporal os anos de 1992 a 2000, objetivando analisar o processo de seleção, permanência e evasão do aluno no curso técnico de nível médio, enfocando o processo de seletividade como um dos elementos que contribui para a evasão. Foi também examinada a situação socioeconômica dos alunos, estabelecendo-se um quadro comparativo onde se tem uma visão evolutiva histórica em um período de nove anos, considerando o número de alunos que tiveram acesso à instituição em foco, bem como aqueles que conseguiram concluir o curso no período compreendido entre seu início e finalização.

Assim sendo, analisando os dados coletados por Fiod (2003), quanto à demanda dos cursos do Cefet-AM, considerando o seu conjunto, a preferência dos candidatos voltava-se para os cursos de Processamento de Dados, Informática Industrial e Eletrônica, pois apresentavam maior relação candidato/vaga. A autora ainda descreve que ocorreu uma elevação da taxa de reprovação nos anos de 1994 a 1996 e uma acentuada queda dessa mesma taxa nos anos de 1998, 1999 e 2000, provocando, também, a queda na taxa de evasão que, no ano 2000, apresentava o percentual de 0,6%. Fiod (2003) faz tal afirmação comparando esses dados com os índices da década anterior, que apresentavam as taxas de 68% de aprovação, 23% de reprovação e 9% de evasão. A respeito do contingente de evadidos, a autora constatou que, dos 544 alunos evadidos no período de 1992 a 2000, 384 eram da primeira série dos cursos técnicos, representando 70,5% do total. Outra situação observada por ela diz respeito ao trancamento de matrícula, que foi bastante significativo pela necessidade de trabalho, sendo a maior incidência justamente na primeira série dos cursos técnicos. Das 22.235 matrículas iniciais, correspondentes ao período pesquisado, foram concedidos 426 trancamentos de matrícula, sendo 211 na primeira série, 96 na segunda série e 119 nas demais séries.

Fiod (2003) descreve que, no período escolar de 1992 a 2000, a evasão equivaleu a 49,6% nos cursos do Cefet-AM, verificando-se que, do total de 6.516 alunos que iniciaram a primeira série, somente 3.233 cumpriram sua trajetória escolar em tempo hábil, ou seja, em quatro anos, representando apenas 48,7% de conclusões. A autora ressalta que, embora fosse dotado de melhores recursos materiais e humanos em relação às demais escolas do sistema público da cidade e tivesse efetivado propostas políticas e pedagógicas de melhoria do processo ensino-aprendizagem, como avaliação contínua, recuperação paralela e a monitoria, ainda persistia, dentro do recorte temporal de 1992 a 2000, a figura da evasão em números bem elevados.

Machado (2009), em sua pesquisa, analisou os fatores que explicam a evasão nos cursos técnicos de Agropecuária e Informática, que foram realizados concomitantes ao ensino médio na Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG, no período de 2002 a 2006. A autora identificou dois grupos bastante distintos, considerando suas características

socioeconômicas e culturais. Com relação aos alunos do curso de Agropecuária, identificou que eles são de origem de classe social menos favorecida, a maioria de zona rural ou de cidades do interior e, por conta disso, trazem consigo deficiências no processo formativo, sendo esse um dos principais motivos encontrados como dificultadores da permanência do aluno na escola. Essa pesquisa evidenciou que, tanto para os alunos do curso de Agropecuária quanto para os alunos do curso de Informática, as dificuldades em executar todas as atividades exigidas para a realização do curso, aliadas à maneira como a escola realiza o processo de ensino e aprendizagem, são fatores decisivos na evasão. Outra razão apontada pelos alunos do curso de Informática foi a não-identificação com o curso escolhido, o que vem a ser o maior empecilho para a permanência desses alunos.

Johann (2012), em seu estudo sobre a evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense - Campus Passo Fundo, buscou investigar as possíveis causas de evasão nos cursos técnicos em Informática e Mecânica, nas turmas que ingressaram no primeiro e segundo semestres de 2009, por meio de uma revisão bibliográfica, análise documental e o estudo de caso de alguns dados estatísticos sobre os alunos evadidos e as causas da evasão escolar. Os dados coletados pela autora sinalizam que, no Curso Técnico em Informática (2009/1), matricularam-se 174 alunos e, destes, 119 reprovaram em algum semestre; 24 alunos realizaram o pedido de trancamento e três cancelaram a matrícula, conforme as normas da instituição; 22 evadiram do curso, sem dar qualquer satisfação para a direção do *campus*, caracterizando, conforme a organização didática, a evasão escolar; e seis alunos se formaram dentro do padrão do curso, concluindo os estudos no tempo mínimo previsto, que é de quatro semestres (formados no final de 2010/2). Já no semestre 2009/2, matricularam-se 179 alunos e, destes, 112 reprovaram em algum semestre; 21 realizaram o pedido de trancamento e seis alunos realizaram pedido de cancelamento de matrícula, conforme as normas da instituição; 13 alunos do curso simplesmente abandonaram os estudos, sem dar satisfação para a direção do *campus*, caracterizando, conforme a organização didática, a evasão escolar, e 27 alunos se formaram dentro do padrão do curso, concluindo os estudos no tempo mínimo previsto na organização, que é de quatro semestres (formados na metade do semestre de 2011/1).

Quanto ao Curso Técnico em Mecânica (2009/1), Johann (2012) expõe que se matricularam, naquele semestre, 118 alunos e, destes, 78 reprovaram em algum semestre; 21 realizaram o pedido de trancamento e nenhum aluno realizou pedido de cancelamento de matrícula; 14 alunos simplesmente abandonaram os estudos, sem dar satisfação para a direção do *campus*, caracterizando, conforme a organização didática, a evasão escolar, e cinco alunos se formaram no padrão do curso, concluindo os estudos no tempo mínimo previsto, que é de quatro semestres (formados no final de 2010/2). Sobre o semestre (2009/2), matricularam-se 127 alunos e, destes, 84 reprovaram em algum semestre; 14 realizaram o pedido de trancamento e nenhum aluno realizou pedido de cancelamento de matrícula; 19 alunos simplesmente abandonaram os estudos, sem dar satisfação para a

direção do *campus*, caracterizando, conforme a organização didática, a evasão escolar, e 10 alunos se formaram no padrão do curso, concluindo os estudos no tempo mínimo previsto na organização, que é de quatro semestres (formados na metade do semestre de 2011/1). De suas conclusões, a autora destacou que não são apenas os fatores econômicos que justificam os altos índices de evasão. Um dos principais fatores, declarado pelos alunos evadidos, é a incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho. A autora constatou, ainda, que o número elevado de reprovações nos dois cursos influenciou no processo de evasão.

Bastos e Gomes (2014), em artigo intitulado “A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do Cefet-RJ”, buscaram identificar as causas da evasão a partir da percepção de alunos e professores. Os autores se utilizaram da pesquisa quantitativa e qualitativa, análise documental oriunda do Cefet, entrevistas por telefone com alunos evadidos do ensino técnico concomitante e entrevistas com professores e coordenadores de cursos, selecionando 118 alunos evadidos no período de 2009 a 2011, quando eram disponibilizadas 930 vagas por ano para essa modalidade de ensino. Da coleta de dados, os autores identificaram que, em relação à percepção dos alunos evadidos sobre a “principal causa de sua evasão”, 57,9% mencionaram ter sido a desmotivação; a necessidade de trabalhar, as distâncias longas entre a escola e a residência e a dificuldade de conciliar emprego e ajudar os pais totalizaram 23% das respostas dos evadidos; 3,4% declararam que a principal causa de sua evasão deu-se por causa do ensino mal aplicado. Este, por sua vez, por meio de metodologias inadequadas, pode ter sido a causa que fez com que 9% dos evadidos registrassem o despreparo de alguns professores. Também 4,5% dos evadidos declararam que a escola não é atrativa e outros 2,2% relacionaram sua saída da escola ao clima hostil e violento entre os alunos.

Bastos e Gomes (2014) também observaram, pelos dados colhidos sobre os cursos concomitantes, que a família possui forte influência nas decisões dos alunos. Foi constatada, como segunda maior causa da evasão, a necessidade de trabalhar. Outra questão referente à influência familiar é o fato de que a maioria dos evadidos provinha de famílias em que 56,8% dos pais possuíam nível superior, o que pode ser um dos fatores que influenciaram a decisão dos filhos de seguirem os passos dos pais, optando, dessa forma, por uma formação de nível superior. Sobre os 68,1% de evadidos que seguiram para o nível superior após terem saído do Cefet-RJ, os autores afirmaram que, os que têm a possibilidade de morar com os pais e de não precisar ajudar na renda familiar, não têm pressa de entrar no mercado de trabalho e acabam não se interessando por seguir a área técnica. Como última observação, os autores relataram que 67% dos alunos evadidos concluíram o ensino fundamental em escolas particulares, o que permite entender que a procedência cultural e o nível socioeconômico incidem no abandono escolar.

Ao realizar um estudo a partir da percepção dos professores do Instituto Federal da Bahia - Campus Irecê, sobre as causas da evasão de alunos dos cursos de Biocombustíveis, Eletromecânica e Informática na modalidade integrado ao Ensino Médio, durante os anos de implantação 2011 e 2012, Ferreira (2013) buscou responder à seguinte pergunta: na opinião dos professores, quais são as causas da evasão dos alunos ocorrida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) - Campus Irecê, nos cursos de Biocombustíveis, Eletromecânica e Informática (modalidade Ensino Médio Integrado), no período de 2011 a 2012?

Utilizando-se de entrevistas e questionários com professores que atuavam nos cursos selecionados para a pesquisa, Ferreira (2013) detectou que as causas cognitivas (causas culturais e/ou falta de pré-requisitos necessários) foram responsáveis por 47% da evasão, seguidas das causas pessoais (familiares e/ou emocionais), responsáveis por 27%, e as econômicas, responsáveis por 26% da saída dos alunos. Sendo que a categoria de causas de ordem cultural e/ou cognitiva é responsável pela maior parte da evasão. A autora ainda descreveu que os professores elencaram, além das categorias já apresentadas anteriormente (causas econômicas, emocionais e/ou pessoais e causas culturais e/ou dificuldade de aprendizagem), uma nova categoria que foi nomeada de causas de ordem institucional. Segunda ela, alguns professores indicaram que, por causa da recente implantação do *campus* e as dificuldades institucionais enfrentadas, de ordem material, de infraestrutura inadequada, ou ainda de falta de professores, foram elencados como motivos impulsionadores do grande índice de evasão no período selecionado.

Silveira (2017), em sua tese intitulada “A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes”, analisou as dificuldades enfrentadas pela instituição na identificação das variáveis associadas à evasão de seus estudantes, visando à proposta de ações que pudessem auxiliar a instituição de ensino pesquisada a superar essas dificuldades. A fonte de dados foi constituída por entrevistas com um grupo de 15 servidores da instituição, sendo quatro servidores técnicos administrativos e 11 servidores docentes, realizadas no ano de 2016 em um dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), não identificado pela autora.

Em um processo de cruzamento das fontes orais e escritas, Silveira (2017) apresenta dados coletados de relatórios da gestão e aponta que a evasão não se apresentava como um problema novo para a instituição. O primeiro relatório de gestão disponibilizado para consulta pública, referente às atividades desenvolvidas durante o ano de 2001 – quando a instituição ainda era Cefet e possuía apenas três unidades (São Paulo, Cubatão e Sertãozinho) – a evasão já era uma preocupação para a área de ensino.

A unidade de São Paulo havia apresentado naquele ano de 2001 índices de evasão, nos cursos técnicos, maiores que o da meta estabelecida – abaixo de 10%. No primeiro semestre foi registrado um índice de evasão de 11% e, no segundo, um índice de 14%. Nos relatórios dos anos posteriores, a evasão continuou a ser retratada como um problema a ser superado pela instituição. No relatório de gestão de 2005, os índices de evasão dos cursos técnicos, somadas as três unidades (São Paulo, Cubatão e Sertãozinho), chegou a 40%. Como não houve redução nas taxas de evasão no ano seguinte, o relatório de gestão de 2006 trouxe a seguinte afirmação: “o objetivo ainda não foi atingido em três das unidades. Por este motivo a redução do índice de repetência e evasão passará a ser tema prioritário para o ano de 2007” (p.23). Os relatórios de 2007 e 2008 também trouxeram essa mesma afirmação, porém não foi explicitada a maneira como a instituição pretendia atuar visando a diminuição dos índices de evasão (SILVEIRA, 2017, p. 74).

Na continuidade, tratando-se ainda dos relatórios, a autora expõe que o de 2009 o primeiro produzido após a transformação de Cefet-SP para IFSP – afirma-se que a instituição possui muitos desafios a serem vencidos, dentre eles está a ampliação de políticas de assistência aos alunos carentes e estudos aprofundados sobre evasão e a busca por medidas para saná-la. No relatório de gestão de 2010, segundo Silveira (2017), a evasão foi retratada como um dos maiores problemas enfrentados pelos *campi* do IFSP, e, diante desse cenário, a Pró-Reitoria de Ensino (PRE) apontou a necessidade de constituição de um núcleo pedagógico que se ocupasse com as ações relacionadas a essa temática. No contexto das ações de apoio para a permanência do alunado do IFSP, a PRE propunha a criação do Projeto de Controle, Acompanhamento e Contenção da Evasão Escolar e o Projeto de Assistência Estudantil.

Quanto aos dados coletados pelas entrevistas, Silveira (2017) evidencia que a referida instituição ainda não possui ações satisfatórias na produção do conhecimento, a respeito dos motivos causadores da evasão de seus estudantes, gerando consequências negativas para a instituição, que não consegue realizar ações de intervenções eficientes contra a evasão. A autora agrupou em três categorias as causas do desconhecimento da evasão apontadas pelos sujeitos entrevistados: 1) Baixo comprometimento com a evasão, 2) Deficiências estruturais e 3) Deficiências no relacionamento entre setores. Ela ressalta, ainda, que a ausência de uma política institucional de combate à evasão e o baixo envolvimento dos servidores revelou a falta de comprometimento da instituição com o problema. Nesse sentido, a pesquisadora sinalizou a necessidade de se tratar a evasão como um problema de gestão institucional, por meio de políticas que promovessem ações de enfrentamento à evasão.

Santos (2017) pesquisou as causas da evasão e reaprovação escolar dos alunos matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio do Instituto Federal da Bahia - Campus Eunápolis, selecionando 189 estudantes que ingressaram em 2013 nos Cursos de Edificações, Meio Ambiente e Informática e acompanhando suas trajetórias até o ano letivo de 2016, período mínimo de integralização curricular dos cursos. A pesquisa foi de

abordagem quanti-qualitativa e teve como procedimento metodológico o estudo de caso, subsidiado pelas técnicas de análise documental, entrevistas semiestruturadas, grupo focal e questionários. Os dados verificados pela autora mostraram que, dos 189 alunos que ingressaram em 2013, apenas 80 concluíram o ano letivo de 2016 e 109 evadiram da escola. A taxa de evasão girou em torno de 57,6%. Segundo ela, esse índice elevado compreende os estudantes que foram transferidos, os jubilados (que perderam a vaga por reprovação) e os que abandonaram ou desistiram dos cursos. A autora também constatou que a maioria dos alunos que saíram dos cursos integrados foi por meio de transferências, não sendo uma evasão do sistema educacional, mas uma opção por outra instituição escolar.

Na continuidade, Santos (2017) relatou que as séries que apresentaram maior evasão em todos os cursos foram o primeiro ano, seguido do terceiro, sendo grande concentração de transferidos e jubilados na primeira etapa e de desistentes na terceira. Tais indicativos, associados aos diálogos com os sujeitos da pesquisa durante as entrevistas e nos grupos focais, levaram a autora a sinalizar dois problemas relacionados à evasão: o primeiro e talvez o de maior notoriedade foi o de que a evasão nos cursos integrados do *campus* estava intimamente relacionada à reprovação escolar, e o segundo problema está relacionado com a faixa etária dos alunos com mais de 18 anos e a pressão da sociedade para o ingresso no ensino superior, o que colaborava para que muitos estudantes deixassem os cursos integrados nos terceiros anos e buscassem a conclusão do ensino médio por meio de exames supletivos. Santos (2017) ainda constatou que o perfil do aluno excluído é, predominantemente, de etnia negra e de situação socioeconômica vulnerável. Afirmou, também, que a ocorrência desse fenômeno está associada aos fatores internos institucionais, sendo o currículo e os aspectos didático-pedagógicos os mais determinantes. Para a autora, o que de fato tem existido é um processo de inclusão excludente, em que está flexibilizada a entrada desses alunos nos cursos, mas os processos internos vão conduzindo-os para a exclusão.

Finalizando e ainda com foco nas questões analisadas pelos autores, sob o título “Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres”, Oliveira (2019) buscou mensurar a quantidade de alunos evadidos do Curso Técnico em Informática Subsequente/Concomitante, do turno noturno, do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, nos anos de 2015 a 2018, analisando as causas, apontadas pelos alunos, que mais contribuíram/influenciaram para a evasão escolar e verificando como a instituição tem trabalhado nas formas de identificar e minimizar a evasão escolar no curso.

Partindo para o levantamento dos dados realizados pela autora, ela descreveu que na relação de vagas, matrículas e alunos evadidos do Curso Técnico em Informática Subsequente/Concomitante, noturno, para o período de 2015 a 2018, foi possível verificar uma demanda baixa em relação às vagas ofertadas, com uma relação de candidatos por vaga de 0,52 para o ano de 2015, de 0,88 para o ano de 2016, de 1,27 para o ano de 2017

e de 0,60 para o ano de 2018, sendo, então, a quantidade de alunos matriculados sempre menor ou igual à quantidade de candidatos. Outro aspecto que foi observado dos anos de 2015 e 2016 refere-se à quantidade de alunos evadidos, que ultrapassou o patamar de 50% dos matriculados. Já com relação aos alunos matriculados nos anos de 2017 e 2018, os índices foram de 28% e 61,11%, respectivamente.

Oliveira (2019) ainda observou que a diferença entre a quantidade de alunos matriculados e a quantidade de estudantes que evadiram do sistema escolar não resultou na quantidade de estudantes que concluíram o curso. Tal diferença ocorreu em razão da existência de situações de matrícula como reprovado, reprovado por falta, matrícula trancada e aprovado com dependência. Pela percepção dos discentes evadidos, cujos dados foram coletados por intermédio de um questionário composto de questões abertas e fechadas, a autora apontou que eles são, em sua maioria, estudantes de camadas socioeconômicas desfavorecidas, com renda familiar baixa, que concluíram o ensino médio somente em escola da rede pública e com pai e mãe com nível de escolaridade também baixo. Foi sinalizado pelos alunos evadidos que o principal motivo da desistência foi a dificuldade de conciliar o trabalho e o estudo, com percentual de 47,06%, o que corresponde a 8 dos 17 alunos participantes.

Dos demais fatores indicados por Oliveira (2019) sobre as causas da evasão, descritos pelos alunos, estavam a opção por curso superior, a dificuldade de transporte para a instituição, as poucas aulas práticas, as dificuldades financeiras, a mudança de residência, as dificuldades com disciplinas específicas da área de programação e falta de identificação com o curso e a sua área de abrangência. A autora encerra os seus escritos sinalizando que a evasão escolar é um processo complexo, multifacetado e que tem ocorrido em função de um conjunto de fatores, de ordem individuais e institucionais, que culminam no abandono do curso pelo estudante, interrompendo, assim, o percurso formativo antes de sua conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O singelo estado do conhecimento aqui apresentado, não teve a pretensão de abranger todo o conjunto de produção científica que, direta ou indiretamente, tenha se dedicado à temática da evasão escolar nos cursos técnicos de nível médio. Há, inclusive, um pequeno número de referências já localizadas às quais ainda não tivemos acesso. De qualquer modo, tendo em conta as fontes disponíveis e retomando o que foi dito anteriormente - que nossa intenção era apresentar um estado do conhecimento sobre a evasão escolar, dentro de uma linha temporal, com a institucionalização dos Cefets, abordando o que tem sido debatido e pesquisado por estudiosos sobre o tema, na tentativa de expor o fenômeno e o que leva ao abandono desses cursos nas distintas instituições do país – cremos termos feito um levantamento elucidativo e rigoroso acerca dos aspectos sobre os quais os pesquisadores têm refletido.

A figura da evasão vem seguindo um percurso histórico de níveis bastante elevados, nas instituições federais que oferecem os cursos técnicos e médio/técnicos integrados. A partir desse levantamento, foram vistos sinais importantes que evidenciam, desde a década de 1980, que os processos de evasão se concretizam em função das elevadas taxas de reprovações em alguma disciplina; das origens de classe social menos favorecidas; das dificuldades em executar todas as atividades exigidas para a realização de um curso, aliadas à maneira como se desenvolve o processo ensino-aprendizagem; da incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho; das causas cognitivas (causas culturais e/ou falta de pré-requisitos necessários), causas pessoais (familiares e/ou emocionais) e as econômicas; do baixo comprometimento com a evasão; das deficiências estruturais; das deficiências no relacionamento entre setores; da reprovação escolar descrita repetidas vezes pelos autores, mas também colocada por Ferreira (2013) como que possuindo cor, uma vez que ela constatou que o perfil do aluno excluído é predominantemente de etnia negra. Observamos, assim, que a evasão escolar não está associada a um único fator. São inúmeras as causas, as quais envolvem um conjunto de fatores pessoais, sociais e institucionais.

Ao perceber essa realidade, notamos que, mesmo com o aumento expressivo dos investimentos em política pública e com o crescimento de matrículas e do número de instituições, as pesquisas revelaram que a evasão escolar ainda persiste na Rede Federal de Educação Profissional. Diante disso, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que não se limitem somente à ampliação de vagas e ao acesso, mas, principalmente, às relacionadas com as condições que deverão ser proporcionadas para a permanência e êxito. Somente assim poderemos construir a democratização do ensino que se desdobre na possibilidade de uma educação emancipatória para todos, uma vez que a evasão escolar não é apenas um problema institucional, mas também de cunho social. Por tudo isso, nosso pensamento voa na direção do poema de Rubem Alves sobre as escolas que são gaiolas ou asas. Suas palavras nasceram de um sofrimento:

Sofri conversando com professoras de ensino médio, em escolas de periferia. O que elas contam são relatos de horror e medo. Balbúrdia, gritaria, desrespeito, ofensas, ameaças... E elas, timidamente, pedindo silêncio, tentando fazer as coisas que a burocracia determina que sejam feitas, dar o programa, fazer avaliações... (RUBEM ALVES, 2009, p. 30).

As instituições federais de ensino estão espalhadas por todo o Brasil, estão nas capitais, nos pequenos municípios, nas zonas rurais e nas periferias. Para que sejam asas, elas precisam cuidar dos seus pássaros, precisam cuidar dos seus alunos, precisam lutar para que eles permaneçam e concluam os seus cursos e estudos, precisam minimizar a exclusão. Contudo, quando olhamos o percurso histórico da evasão escolar nessas instituições de ensino e a permanência da elevada taxa de reprovação em alguma disciplina ou a desistência, ainda no primeiro ano letivo, nos questionamos: onde estão as asas que não excluem?

Rubem Alves, quando escreveu o seu poema, em 2009, prenunciou o aumento das escolas e o aumento dos alunos matriculados. Podemos, aqui, até pressupor que ele escreveu sobre a própria Rede Federal de Educação Profissional, que aumentou substancialmente o seu número de *campi* pelo país. Mas, para ele, tais dados não lhe diziam se essas escolas seriam gaiolas ou asas. O que, de fato, Rubem Alves sabia é que ainda há professores que amam o voo dos seus alunos e nós nos arriscamos a incluir que, para além dos professores, há servidores técnicos, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais que amam o voo dos alunos. Então, podemos dizer que ainda há esperança... a esperança de um mundo melhor, mais humano, mais democrático e mais feliz (PAGÈS, 2015).

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Por uma Educação romântica**. Campinas: Papirus, 2009.

ARAÚJO, C. F.; SANTOS, R. A. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar**, 2012. Trabalho apresentado ao *The 4th International Congress On University-Industry Cooperation*, Taubaté: Universidade de Taubaté, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf525.pdf> Acesso em: 27 fev. 2021.

BASTOS, O. G. A; GOMES, C. F. S. A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do CEFET-RJ. In: X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: 2014, p. 1-13. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0019_0.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. **Documento Orientador Para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2014. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/DocumentoOrientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional**. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanências e Êxito dos Estudantes. Brasília: MEC/SETEC, 2015. Disponível em: <http://ctur.ufrrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: TCU/Seprog, 2012. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em: 12 set. 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão TCU nº 506/2013**. Plenário. Relator: Ministro José Jorge. Seção de 13/03/2013, Brasília. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:tribunal.contas.uniao;plenario:acordao:2013-03-13;506>. Acesso em: 29 out. 2019.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

DORE, R.; SALES, P. E. N. Origem social dos estudantes como contraponto à evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional. In: DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra. (Orgs.). **Educação profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas**. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017.

FERREIRA, G. F. S. **Educação profissional no território de Identidade de Irecê Bahia**: análise das percepções dos professores sobre as causas da evasão de alunos do IFBA - Campus Irecê (2011/2012). Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador: Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1238337. Acesso em: 13 set. 2021.

FIOD, E. G. M. **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas**: uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86325>. Acesso em: 13 set. 2021.

GARCIA, A. C.; DORSA, A. C.; OLIVEIRA, E. M. Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, n. 13, ano VII, mai. 2018, MG, Brasil: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense**: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: http://tede.ufp.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane_Cabral_Johann.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

MACHADO, M. R. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG (2002 a 2006)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília: BCE da UnB, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: Biblioteca Central da UFES, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2495317. Acesso em: 13 set. 2021.

OLIVEIRA, F. A. C. **Evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal Goiano, Morrinhos: Biblioteca do Instituto Federal Goiano, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/580>. Acesso em: 14 set. 2021.

PAGÈS, J. Entrevista a Joan Pagès Blanch. Entrevistadora: Natalia Contreras Quiroz. [S.I.]: **Revista de Historia y Geografía**, Santiago, n. 33, p. 189-198, 2015. Disponível em: <http://ediciones.ucsh.cl/ojs/index.php/RHyG/article/view/370/320>. Acesso em: 13 set. 2021.

PORTE JÚNIOR, J. M. A exclusão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS (1980 – 2006).
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: Biblioteca da UFPEL, 2008. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7846>. Acesso em: 13 set. 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 6, n. 19, p. 37-50, set/dez. 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, M. F. P. Evasão e reprovação escolar nos cursos integrados do IFBA Campus Eunápolis.
Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores da Educação Básica) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6237075. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M. A. Evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385-402, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/GMZgPdKRPFGHKcfRrZ6kXKf/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVEIRA, F. R. A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas: Biblioteca Central da Unicamp, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5045312. Acesso em: 15 set. 2021.